



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

## **Ação de Cumprimento** **0000579-81.2023.5.10.0019**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 20/05/2023

**Valor da causa:** R\$ 609.993,94

**Partes:**

**RECLAMANTE:** SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEG E VIG DO DF

ADVOGADO: VERONICA MENDES DO NASCIMENTO

ADVOGADO: JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA

ADVOGADO: JUSCELINO DA SILVA COSTA JUNIOR

**RECLAMADO:** AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA

ADVOGADO: NILTON DA SILVA CORREIA

ADVOGADO: Pedro Lopes Ramos

ADVOGADO: URIEL DOS SANTOS GONCALVES

ADVOGADO: ELISE RAMOS CORREIA

ADVOGADO: MARCIA SILVA DE FREITAS



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

**ACum 0000579-81.2023.5.10.0019**

RECLAMANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEG E VIG  
DO DF

RECLAMADO: AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA

## HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Ação de Cumprimento

0000579-81.2023.5.10.0019

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/05/2023

Valor da causa: R\$ 609.993,94

Partes:

RECLAMANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE  
SEG E VIG DO DF

ADVOGADO: JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA

ADVOGADO: JUSCELINO DA SILVA COSTA JUNIOR

RECLAMADO: AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA

ADVOGADO: NILTON DA SILVA CORREIA

ADVOGADO: Pedro Lopes Ramos

ADVOGADO: URIEL DOS SANTOS GONCALVES

ADVOGADO: ELISE RAMOS CORREIA

ADVOGADO: MARCIA SILVA DE FREITAS

**HOMOLOGO os termos do ajuste firmado entre as partes (fls. 139/140),** para que produza jurídicos e legais efeitos, porque não há disposições ilícitas e porque subscritos por advogados com poderes para transigir.

O acordo é composto de 100% de parcelas de natureza indenizatória (auxílio-saúde), sobre as quais não incidem recolhimento previdenciário e /ou fiscal.

Custas processuais pelo Sindicato autor, de cujo pagamento fica dispensado, na forma da lei (aplicação analógica do § 2 do art. 606 da CLT).

Deixo de intimar a UNIÃO, considerando os termos da Portaria 582/2013, do Ministério da Fazenda.

Não há necessidade de serem juntados aos autos um a um, mês a mês, os comprovantes de quitação parcial, ou mesmo o comprovante de quitação total no caso de parcela única, sendo certo que se houver alegação de descumprimento ou mora, a parte comprometida ao pagamento será intimada a se manifestar e poderá, no prazo que lhe for concedido, fazer a prova da quitação mediante juntada de documentos.

Eventual repactuação deverá ser submetida à apreciação judicial para homologação, sem o que não terá validade.

Transitada em julgado esta decisão e decorridos 10 dias da data convencionada para o integral cumprimento do acordo sem que haja manifestação, presumirei que houve o pagamento, contexto em que, os autos serão encaminhados ao arquivo definitivo, com baixa nos registros.

Cumprido o acordo, ao arquivo definitivo com baixa nos registros, sem necessidade de despacho.

Publique-se para ciência das partes.

BRASILIA/DF, 18 de setembro de 2023.

**THAIS BERNARDES CAMILO ROCHA**  
Juíza do Trabalho Substituta



Assinado eletronicamente por: THAIS BERNARDES CAMILO ROCHA - Juntado em: 18/09/2023 14:21:56 - a65ce25  
<https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/23091511380975400000037176021?instancia=1>  
Número do processo: 0000579-81.2023.5.10.0019  
Número do documento: 23091511380975400000037176021